

RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM OLHAR ATRAVÉS DOS PROGRAMAS DE SUSTENTABILIDADE DA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS

Madelon Ferreira Mongruel (madelonmongruel@gmail.com)
Marcos Santos Golenha (marcosgolenha@gmail.com)

Resumo:

Em relação a natureza, o ser humano muitas vezes, considera-se um observador externo, apenas com o intuito de conquista desta para servir ao seu desenvolvimento econômico. Nessa linha de raciocínio, o ser humano é livre e independente da natureza para consumir quando e quanto quiser, não se preocupando com as consequências. O tripé da sustentabilidade (econômico, humano e ambiental) sugere que continue havendo desenvolvimento para as sociedades, mas que se leve em conta a harmonia com a natureza, pois o homem é parte integrante desta. Este artigo apresenta as políticas de responsabilidade social de caráter sustentável desenvolvidas nos Campos Gerais e como esses programas beneficiam a população da região, proporcionando, através da análise desses programas, propostas para o desenvolvimento sustentável.

Palavras Chaves: Desenvolvimento Social, Sustentabilidade, Meio Ambiente.

1. Introdução

O conceito de responsabilidade social empresarial teve início há cerca de 30 anos em um contexto de ambientes corporativos, organismos internacionais e também no acadêmico. (MACHADO FILHO, 2006).

Assim sendo, as mudanças que ocorreram na área e que demonstram maior preocupação com a qualidade de vida, trazida também pela responsabilidade social, foram alcançadas por meio de um processo de progressiva construção e legitimação sociais, conduzido por diversas instituições. A ética empresarial como campo de estudos está relacionada à evolução do sistema econômico e também pelas mudanças que passaram as sociedades industriais no último século; as características do capitalismo, por exemplo, levaram a questionamentos éticos e às questões ambientais.

Segundo Gore (2006) há um crescente movimento social no qual a face mais visível é a sustentabilidade e o meio ambiente.

Dois séculos após a Revolução Industrial, a sociedade vive com muitas facilidades e benefícios propiciados pela evolução, mas também com os riscos de sucesso e tecnologia. Alguns dos principais afetados e consequências trazidas pelo avanço são: a transformação da Terra; uso da água; concentração de dióxido de carbono (CO₂); fixação de nitrogênio; invasões de plantas; extinção de pássaros; a pesca marinha.

Com relação à atividade econômica, ainda de acordo com Sachs (2008), se esta for mantida de maneira incessante, será ambientalmente insustentável, ainda do mesmo modo que a população e a renda per capita, que crescem rapidamente.

As novas tecnologias, combinadas com população numerosa, tornaram o homem, coletivamente, uma força da natureza. E os que dispõem de mais tecnologias têm maior obrigação moral de utilizá-las com sabedoria. Essa questão também é política (GORE, 2006).

As organizações perceberam que a responsabilidade social tornou-se um fator de competitividade para os negócios. Entretanto, o movimento de responsabilidade social vem crescendo e tende a se consolidar como um novo paradigma produtivo na evolução do pensamento administrativo (CONTADOR, 2008).

A responsabilidade social é um dos caminhos viáveis para tornar os países mais humanos, mais dignos e a sociedade brasileira – aqui foco – mais equilibrada, com diferenças sociais atenuáveis. A carência hoje verificada na sociedade não é meramente financeira. A defasagem é também com relação ao pensamento, aos recursos humanos, entre outras necessidades. Foi assim que a cidadania empresarial passou a interferir com diversos recursos, sendo que a responsabilidade social conseguiu gerar um modelo que permite que as empresas interajam com a sociedade (SIQUEIRA e SPERS, 2003).

Esse novo modelo de gerir os negócios para os profissionais que prezam a ética é uma transformação para os cidadãos que desejam consumir com a certeza de que estão contribuindo para o desenvolvimento social (ALONSO, LÓPEZ, ASTRUCCI, 2006).

Alonso, López e Castrucci (2006) definem responsabilidade social como sendo uma tomada de consciência da empresa que a leva a assumir livremente atividades e encargos em prol da sociedade em que está inserida. Manzano (2004) afirma que responsabilidade social não é um programa finito no tempo e no espaço, mas sim um processo contínuo que vai se aperfeiçoando com o tempo. Para que haja responsabilidade social é fundamental a coerência entre ação e discurso. A filantropia minora os efeitos dos problemas; a responsabilidade social ataca suas causas.

2 Metodologia

Do ponto de vista da natureza, a presente pesquisa classifica-se como aplicada, pois segundo Correa E Giansesi (2003) objetiva gerar conhecimento para a aplicação prática dirigida a solução de problemas específicos.

Quanto ao ponto de vista da forma da abordagem, essa pesquisa se classifica como qualitativa, pois ela considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o objeto de pesquisa a subjetividade e a teoria não podem ser traduzidas em números.

A presente pesquisa diante do ponto de vista de seus objetivos se enquadra como exploratória, pois segundo Gil (1991) visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas e torna-lo explícito. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, essa pesquisa se classifica como pesquisa documental.

3 Sustentabilidade como elemento da Responsabilidade Social

De acordo com Veiga (2005) o desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico. Com o advento e ampliação do debate científico internacional, o desenvolvimento passa a ser visto sob a ótica ultratimista de que só seria possível obtê-lo por meio do crescimento econômico, e que este só prejudicaria o meio ambiente. Paralelamente a essa hipótese, circulou a contrária, que apontava que o crescimento melhoraria a qualidade ambiental. Ambas ideias emergiram em um contexto de pós-Segunda Guerra Mundial, e que poderia haver uma lei que regesse a relação entre a desigualdade de renda e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Quem assim o pensou foi Kuznets, terceiro ganhador do Prêmio Nobel de Economia, em 1971.

Para Daly (1997), ideólogo da teoria da sustentabilidade, há dois princípios básicos a serem atendidos:

1º princípio da sustentabilidade ambiental : “os recursos naturais não devem ser consumidos a uma velocidade que impeça a sua recuperação”.

2º princípio da sustentabilidade ambiental: “a produção de bens não deve gerar resíduos que não possam ser absorvidos pelo meio ambiente de forma rápida e eficaz”.

Gianneti, Neis, Bonilla e Almeida (2007) afirmam que a aplicação desses princípios em nível global direciona ações locais em prol da conservação dos sistemas de sustentação da vida e da biodiversidade, do aumento de uso de recursos renováveis, da minimização da utilização de recursos não renováveis e do respeito aos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas.

Para Massa, Novak e Souza (2007), a responsabilidade social deve abranger os conceitos de sustentabilidade, tendo em vista que é fomentada pela integração cooperativa entre as pessoas em prol do bem-estar coletivo e, portanto, precisa buscar a integração harmoniosa entre as dimensões social, econômica, cultural, ambiental e local.

Vassalo (2003) expõe a ligação com a sustentabilidade em suas várias esferas, que aponta os pilares da sustentabilidade do ponto de vista empresarial e sua ligação com o tema responsabilidade social. Segundo ele, é importante notar rapidamente quando um negócio vai mal e a responsabilidade social corporativa se torna inviável. O coração da sustentabilidade, como aponta o autor, é perseguido hoje no mundo dos negócios, e possui alicerces, como desenvolvimento social, responsabilidade ambiental e viabilidade das empresas (negócios doentes – nas finanças, nas estratégias e na gestão – jamais serão negócios socialmente

responsáveis mesmo com o passar do tempo, e não irão gerar e nem manter empregos, bem como não contribuirão para gerar nem aumentar a renda de seus funcionários).

A chamada responsabilidade legal reflete a expectativa social para a postura adequada da empresa; o atendimento das metas empresariais deve ocorrer dentro do cumprimento das determinações legais, nas esferas municipal, estadual e federal, incluindo as relativas à responsabilidade fiscal e ao pagamento de impostos.

A responsabilidade discricionária é a expressão visível da responsabilidade social empresarial e consiste nas ações afirmativas junto à sociedade, ao público interno e externo, *stakeholders*, comunidade e Estado. Além do conceito e da dimensão da responsabilidade social, é preciso refletir sobre o porquê de sua existência. A responsabilidade social tem como objetivo o desenvolvimento sustentável, integrando fatores como tecnologia, recursos, processos, produtos, pessoas e sistemas de gestão (ASHLEY, 2001).

4 Diretrizes de sustentabilidade

Para Sachs (2008), todos os países vão necessitar repensar suas estratégias de política externa no século XXI. Segundo ele, nenhum país e nenhum governo estão adequadamente organizados para absorver as informações científicas necessárias. Os Estados Unidos estão no caminho errado no que tange à política externa, colocando inclusive a si mesmos em perigo. É necessário reformular fundamentalmente sua estratégia e organização de política externa, observando, por exemplo, a importância de parcerias e boa vontade internacional de maior estabilidade.

Desse modo, segundo o autor, o desenvolvimento econômico efetivo promove a segurança nacional ao ajudar a estimular, não a dependência, mas a soberania responsável. “Os estados frágeis e empobrecidos e as áreas não governadas não são apenas uma ameaça às suas populações e um fardo para as economias regionais, como também suscetíveis de exploração por terroristas, tiranos e criminosos internacionais. Segundo Sachs (2008), os Estados Unidos também falharam quando prometeram, diversas vezes, a países pobres auxílio para sair da miséria, o que não aconteceu, à exceção de alguns projetos.

As promessas do milênio constituem as metas globais para o desenvolvimento sustentável e “devem guiar as nossas ações comuns”. Financiamento da ciência básica, promoção do desenvolvimento da tecnologia em estágio final, responsabilização dos governos e do setor privado, entre muitos outros, poderão auxiliar a conduzir ações em harmonia.

4.1 Pacto Global e GRI

O Pacto Global e o Global Reporting Initiative (GRI) são dois indicadores de nível mundial que fornecem pistas para a posição das organizações brasileiras dentro do panorama da sustentabilidade. Atualmente, 313 empresas que atuam no País são signatárias do Pacto Global, criado pela ONU a fim de

mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção refletidos em dez princípios.

Com relação ao Global Reporting Initiative (GRI), o Brasil é o terceiro no ranking das nações que mais empregam esse padrão de relatório de sustentabilidade, atrás de Espanha e Estados Unidos, e à frente de países como Reino Unido, Japão e Alemanha. Em 2008, 64 organizações brasileiras usaram o GRI para demonstrar suas ações na área (GEMIGNANI, 2009).

4.2 Indicadores de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

No Brasil, a BM&F Bovespa (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo), em conjunto com várias instituições— Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (ABRAPP), Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Corporação Financeira Internacional (IFC), Instituto Ethos e Ministério do Meio Ambiente – decidiram unir esforços para criar um índice de ações que seja um referencial para os investimentos socialmente responsáveis, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

Essas organizações formaram um Conselho Deliberativo presidido pela BM&F Bovespa, que é o órgão responsável pelo desenvolvimento do ISE. Posteriormente, o Conselho passou a contar também com o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) em sua composição. A Bolsa é responsável pelo cálculo e pela gestão técnica do índice.

O ISE tem por objetivo refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e também atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro. Disponível em <http://www.bmfbovespa.com.br/indices> acesso em 28 de julho de 2013.

Em verdade, os relatórios de sustentabilidade baseados no GRI constituem uma plataforma para as empresas divulgarem suas iniciativas relacionadas ao Pacto Global, aos Objetivos do Milênio. No Brasil, observa-se a sintonia dos relatórios GRI com diversas iniciativas tais como o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa, os Indicadores de Autoavaliação do Instituto Ethos, as melhores práticas propostas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), entre outras (ROQUES, 2010).

5 Campos Gerais: um pouco sobre a região

A região dos Campos Gerais é composta por 26 municípios e tem como principal polo regional a cidade de Ponta Grossa. Com inúmeras vantagens competitivas, a área está entre as mais industrializadas do Estado, além de possuir matéria-prima abundante para o setor madeireiro e de alimentos, bem como, oferta de mão de obra de qualidade e possuir uma localização privilegiada no Paraná, perto do Porto de Paranaguá e do Aeroporto Internacional Afonso Pena.

Além de Ponta Grossa, os Campos Gerais possuem microrregiões estabelecidas com base em suas potencialidades, como é o caso de Telêmaco Borba, Jaguariaíva e Arapoti, em relação ao setor madeireiro e de produção de papel e celulose. Outros municípios, como ocorre em Imbituva, além de já possuírem diferencial estabelecido, vem se destacando também como polos em relação a outros produtos. Hoje, além do reconhecido trabalho no segmento têxtil, a “Cidade das Malhas” também está se aprimorando no ramo de produção de calçados. Outro motor da economia regional, está na agropecuária, já que estão na região dos Campos Gerais alguns dos principais índices em relação à produção de riquezas no campo. Castro, por exemplo, é o

município que produz mais leite no Brasil e é o maior produtor de talco e calcário na América Latina. Tibagi, que já é conhecida como a melhor cidadezinha do Brasil, é também o maior produtor de trigo do País, enquanto Prudentópolis abastece 10% do mercado de feijão e Reserva, se destaca na produção de tomate.

Com 12 instituições de Ensino Superior, os Campos Gerais também estão à frente de outras regiões no que se refere ao desenvolvimento de pesquisas e novas tecnologias. Todos os anos, milhares de profissionais ingressam no mercado, trazendo novas ideias e oxigenando as formas já conhecidas de produção. Cursos da região, a exemplo do Mestrado em Agronomia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) são reconhecidos por sua qualidade até mesmo fora do país.

A qualidade de vida é outro diferencial da região. Com clima ameno e belíssimas paisagens, a diversidade cultural e as opções turísticas, como o Parque Estadual de Vila Velha e o Parque Histórico de Carambeí, fazem dos Campos Gerais, um ótimo lugar para se viver. Ainda no rol de belezas regiões, está Tibagi, que possui em seu território o Canyon Rio Iapó ou o Canyon Guartelá, considerado o sexto maior do mundo em extensão, além de rios, cachoeiras, morros, com potencial para esportes radicais, como rafting, rapel e voo livre.

A diversidade cultural é mais um das riquezas regionais. Em Palmeira, por exemplo, a colônia Witmarsum traz um pouco da Alemanha para os Campos Gerais, assim como ocorre em Carambeí e a colônia Castrolanda em Castro, em relação aos holandeses. A marcante presença dos ucranianos na região também registra traços importantes em Prudentópolis, inclusive, presentes na arquitetura do Município.

6 Programas de Sustentabilidade dos Campos Gerais

6.1 Programa Feira Verde, Coleta Seletiva e Pontos de Entrega Voluntária – Ponta Grossa – PR

Ponta Grossa mantém desde 2006 um programa municipal de coleta seletiva e planeja ampliar estas ações neste ano em que também deverá desenvolver uma ampla campanha de conscientização popular. Atualmente, existem quatro associações de catadores no município, que geram trabalho e renda para cerca de 250 famílias. Dentro do programa implementado pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, são coletadas entre 20 e 25 toneladas de recicláveis por dia. Vale ressaltar que os pontagrossenses geram em média 250 toneladas de lixo por dia, sendo 70% materiais orgânicos, que vão para o aterro do Botuquara.

Entre as metas relacionadas à expansão do programa estão a ampliação dos pontos de troca do Feira Verde (o programa realiza a troca de material reciclável por frutas, legumes e verduras, sendo que a cada dois quilos de lixo entregues, a pessoa leva para casa um quilo de alimento), que hoje são 68 e abrangem 163 vilas; e até o final de 2013, a Secretaria deve instalar mais 10 pontos de entrega voluntária (PEV's) além dos seis já existentes em supermercados.

De acordo com a secretaria da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, o objetivo é ampliar o volume de materiais recicláveis coletado em Ponta Grossa. Segundo a secretaria, desde junho, dois caminhões-baú estão atuando na coleta seletiva e também será realizada uma campanha de conscientização da população para que faça a separação dos materiais recicláveis.

Dentro da proposta de criar mais PEV's, o município também mantém uma parceria com a empresa Tetra Pak que, usando matérias recicláveis, terceiriza a confecção dos boxes e os cede para a prefeitura. "Cada um destes PEV's instalados nos supermercados evita que uma tonelada de recicláveis por semana seja enviada ao aterro do Botuquara", destaca o secretário de Meio Ambiente do município.

6.2 Programa Sustentáveis no Município de Tibagi

Em função de sua política modelo em termos de sustentabilidade, três programas desenvolvidos pela prefeitura de Tibagi em parceria com a sociedade civil organizada foram selecionados para o 4º Congresso Nós podemos Paraná 2012: os programas EcoMoradia, Recicla Tibagi e #Tibajovens foram apresentados como referência em habitação, reciclagem e compostagem de lixo e mobilização dos jovens para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Um dos programas, o EcoMoradia recebeu o selo de certificação ODM 2011. Graças ao Recicla Tibagi, o Município também já recebeu reconhecimento nacional com o título de Município da Sustentabilidade pelo Ministério do Turismo em 2010 e estadual, com o Selo Ehco Cidade Limpa, em 2009, pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

Por meio do programa EcoMoradia são construídas habitações de interesse popular a baixo custo e com tecnologia sustentável. São casas de 40m², com dois quartos, sala, cozinha e banheiro, feitas de tijolo ecológico (não vai ao forno) e madeira de origem certificada. A meta da prefeitura é construir 200 casas até o final de 2012. Tudo com recursos do próprio Município e mão de obra da Associação Habita Tibagi. Outra iniciativa sustentável é o Programa Recicla Tibagi, implantado há dois anos e que dá a solução correta ao lixo produzido na cidade e área rural. A coleta seletiva realizada todos os dias no meio urbano garante que os resíduos sólidos separados em casa sejam totalmente reaproveitados. O que é reciclável é comercializado pela Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Tibagi (Acamarti), composta por mais de 70 trabalhadores. Todo o material orgânico também é reutilizado através da compostagem. O composto orgânico vai para as estufas, onde a Acamarti produz flores.

6.3 Programa de Educação Ambiental em Carambeí

Desde 2010, o município realiza um programa de recolhimento do óleo de cozinha que envolve estudantes, professores e comunidade. O projeto está inserido no programa de Educação Ambiental Recicle Agora Não Perca a Hora, iniciado pelo município em 2009, com a coleta seletiva do lixo.

Nas escolas e entidades assistenciais estão instalados dois recipientes com capacidade para armazenar 100 litros, que são recolhidos pela empresa responsável pela industrialização e destino correto do óleo. Com o recolhimento do óleo, as escolas recebem material de informática de acordo com a quantidade de litros coletados. O óleo coletado vai ser industrializado e destinado à fabricação de ração para cães e gatos.

7 Conclusão

De acordo com Veiga (2005) o desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico. Com o advento e ampliação do debate científico internacional, o desenvolvimento passa a ser visto sob a ótica ultra otimista de que só seria possível obtê-lo por meio do crescimento econômico, e que este só prejudicaria o meio ambiente.

Conforme foi abordado neste trabalho, podemos perceber a importância dos programas de responsabilidade social de caráter sustentável para os municípios onde são realizados, na região dos Campos Gerais. Além dos municípios se beneficiarem, a população e o meio ambiente também ganham, seja pelo viés ecológico ou social.

Percebe-se também que, ao analisar estes programas já existentes de responsabilidade social, chega-se a conclusão de que eles servem de incentivo aos demais municípios para que adotem também em sua estratégia políticas, iniciativas de responsabilidade social, não só de caráter sustentável e relacionadas ao meio ambiente, mas iniciativas que possam trazer ganhos, sejam eles econômicos, sociais, ecológicos às suas populações.

Referências Bibliográficas

- ALONSO, F.R.; LÓPEZ, F.G.; CASTRUCCI, P.L. **Curso de ética em administração**. São Paulo: Atlas, 2006.
- ASHLEY, P. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2001.
- CONTADOR, J.C. **Campos e Armas da Competição**. São Paulo: Saint Paulo, 2008.
- DALY, H. **Políticas para o desenvolvimento sustentável**. In: Cavalcanti, Clóvis (org.). Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez Editora, 1997.
- GIANNETTI, B.F; NEIS, A. M.; BONILLA, S. H.; ALMEIDA, C. M. V. B. **Decisões e sustentabilidade ambiental** In: COSTA NETO, P. L. O. (Coord.). Qualidade e competência nas decisões. São Paulo: Blucher, 2007.
- GORE, A. **Uma verdade inconveniente**. Barueri, São Paulo: Manole, 2006.
- MACHADO FILHO, C. P. **Responsabilidade Social e governança, o debate e as implicações**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2006.
- MANZANO, N.T. **Um procedimento que nunca se esgota**. Gazeta Mercantil, São Paulo, Relatório Responsabilidade Social, 2004.
- MASSA, A.; NOVAK, A. S.; PUSCH, R. **Responsabilidade Social: um caminho para a sustentabilidade**. UNIFAE, 2007.
- ROQUES, P. **Revista Visão Ambiental**, Julho/Agosto/2010.
- SACHS, J. **A riqueza de todos**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008.
- SACHS, J. **A riqueza de todos**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008.
- SIQUEIRA, E. S.; SPERS, V.R.: **Responsabilidade Social: o potencial transformador da atuação social das empresas**. Itu: Ottoni Editora, 2003.
- VASSALO, C. **Um novo modelo de negócios**. Revista Exame. Guia da Boa Cidadania Corporativa. São Paulo, dez/2003.
- VEIGA, J.E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. WHOQOL, position paper from the World Health Organization. Social Science and Medicine, 1995.